

REVISTA

Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | DOSSIÊ Instituições, História e Patrimônio Cultural

De Comunidade Infantil à Paulistinha: a história de uma Instituição Educativa (1971-1996)

From Children's Community to Paulistinha: the history of an Educational Institution (1971-1996)

*De la Comunidad Infantil a la Paulistinha: la historia de una Institución Educativa (1971-1996)*Rosana Carla de Oliveira
Claudia Panizzolo**RESUMO**

O objetivo deste artigo é discutir a institucionalização da primeira creche universitária federal criada no Brasil em 1971, nascida como *Comunidade Infantil* e hoje chamada de *Núcleo de Educação Infantil-Escola Paulistinha de Educação*. Toma como fontes documentais manuais, livros e entrevistas. Ancorado nas contribuições da História da Educação e na História das Instituições Escolares, apoia-se em uma investigação das ações específicas, que em relação com a sociedade produz sua existência material, assim, recriada pela instituição educativa. O estudo permite uma aproximação da primeira creche universitária criada no país, para uma melhor compreensão de suas condições de trabalho, financiamento e identidade institucional.

Palavras-chave: Comunidade Infantil; Creche universitária; Instituição educativa.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the institutionalization of the first federal university daycare center created in Brazil in 1971, born as a *Children's Community* and today called *Early Childhood Education Center – School of Education Paulistinha*. It takes as its documental sources manuals, books, and interviews. Anchored in the contributions of the History of Education and in the History of School Institutions, it is based on an investigation of specific actions, which in relation to society produces its material existence, thus recreated by the educational institution. The study allows an approach to the first university daycare center created in the country, for a better understanding of its working conditions, financing and institutional identity.

Keywords: Children's Community; University daycare; Educational institution.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir la institucionalización de la primera guardería universitaria federal creada en Brasil en 1971, nacida como *Comunidade Infantil* y hoy llamada *Centro de Educação Infantil - Escola de Educação Paulistinha*. Toma como fuentes documentales manuales, libros y entrevistas. Anclado en los aportes de la Historia de la Educación y de la Historia de las Instituciones Escolares, se basa en una investigación de acciones específicas, que en relación con la sociedad produce su existencia material, así recreada por la institución educativa. El estudio permite un acercamiento a la primera guardería universitaria creada en el país, para una mejor comprensión de sus condiciones de trabajo, financiamiento e identidad institucional.

Palabras clave: Comunidad infantil; Guardería universitaria; Institución educativa.

Introdução

A *Comunidade Infantil* é a primeira creche universitária criada no Brasil, em 1971. A década de sua criação foi marcada pelo Golpe Civil-Militar brasileiro, que perdurou de 1964 a 1985, como um período de repressão, de cassação dos direitos e de cerceamento da liberdade civil, também pela dissimulação da realidade financeira do país, quando parte da população pôde adquirir aparelhos domésticos causando uma sensação de melhoria de vida. No entanto, de acordo com Fausto (2006), o “milagre econômico” associava-se à dependência ao capital e ao comércio estrangeiro, incentivando a população ao consumo de produtos importados. Segundo o mesmo autor, os investimentos econômicos no país eram desproporcionais aos sociais, desse modo o Brasil passou a se destacar “[...] pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação, habitação, que medem a qualidade de vida de um povo” (FAUSTO, 2006, p. 269).

A sociedade se configurava pelos investimentos sociais insuficientes, pela má distribuição de renda e perda salarial, visto que a parte mais pobre da população teve seus salários ajustados em apenas 1% enquanto a parte melhor favorecida teve 7% (CUNHA, 1980), situação que fez com que as mulheres adentrassem cada vez mais ao mercado de trabalho. Nesse cenário, as trabalhadoras passaram a acumular suas responsabilidades com os

afazeres domésticos e cuidados das crianças, com o ingresso no mercado de trabalho, o que implicava em reivindicações por vagas em creche.

De acordo com Rosemberg (1984), em 1971 o Município de São Paulo tinha, em média, uma população de 750 mil crianças na faixa etária de 0 a 4 anos, em contraste à oferta de 400 vagas em Creches da Rede Direta¹ e 1.517 vagas nas Creches Conveniadas², totalizando 1.917 vagas oficiais na cidade de São Paulo.

Nesse contexto econômico e social, associado à falta de vagas para atendimento das crianças em creches na Cidade de São Paulo, duas mães trabalhadoras, uma chefe da Secretaria Acadêmica da *Escola Paulista de Enfermagem* (EPE) e a outra professora da *Escola Paulista de Medicina* (EPM)³, motivadas pelo conhecimento das leis trabalhistas reivindicaram o direito de levar seus filhos ao local de trabalho, pois não tinham com quem deixá-los durante sua jornada diária. Após divergências em relação aos custos e melhor maneira de atendimento e convergências sobre as necessidades de assegurar um local seguro de cuidados às crianças, a solicitação foi atendida e deu origem à *Comunidade Infantil*, que funcionou de forma bastante improvisada e precária durante o primeiro ano. Nos anos seguintes, a *Comunidade Infantil* foi institucionalizada mediante diferentes financiamentos e políticas públicas.

O objetivo deste artigo é discutir a institucionalização da *Comunidade Infantil*, hoje chamada de *Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha de Educação*, criada na modalidade de creche universitária federal e de creche no local de trabalho. A delimitação temporal incide no período de 1971 a 1996, em que a instituição atendeu exclusivamente as crianças em idade de frequentar a

¹ Creches da Rede Direta são instituições vinculadas diretamente ao poder público, incluindo investimento, equipamentos arquitetônicos, contratação e gerenciamento de funcionários e proposta educacional.

² Creches conveniadas são instituições vinculadas a organizações não governamentais, instituições religiosas, entre outras, que recebem recursos públicos para atendimento das crianças. O vínculo empregatício dos funcionários, a gestão dos recursos e a programação pedagógica são de responsabilidade das instituições mantenedoras, sob a supervisão do sistema público.

³ A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) tem sua origem com a Escola Paulista de Medicina (EPM), criada em 1933. A Escola Paulista de Enfermeiras foi criada em 1939, para atuar no Hospital São Paulo com atividades didáticas e assistenciais. Em 1968, passou a ser denominada Escola Paulista de Enfermagem e mantida pela Sociedade Paulista para o Desenvolvimento de Medicina. Hoje as Escolas de Medicina, de Enfermagem e o Hospital São Paulo integram a área da saúde da UNIFESP.

creche e a pré-escola, depois desse período passou a atender o ensino primário⁴ e a se chamar *Paulistinha*. Serão utilizadas como fontes para a escrita deste texto: entrevistas⁵ de ex-funcionárias que participaram da criação e implementação da *Comunidade Infantil*, de mães de ex-alunos; documentos institucionais, como manuais de organização; e arquivos digitais disponíveis nas páginas institucionais das creches universitárias federais.

Estudos desenvolvidos em âmbito nacional sobre as creches universitárias federais realizados por Raupp (2002; 2004), Ferreira e Cancian (2009), Gomes (2008), Lopes (2014), e especificamente sobre a história da *Comunidade Infantil* realizados por Carmagnani, Pereira e Silva (*apud* BARBIERI; RODRIGUES, 2010), Oliveira (2019; 2022) e Oliveira e Panizzolo (2020) permitem ampliar a discussão e recriar a história desta instituição educativa em suas relações sociais.

Este texto se insere nos estudos da área de História das Instituições Escolares e toma de empréstimo os referenciais teórico-metodológicos de Justino Magalhães (*apud* SOUSA; CATANI, 1998), Magalhães (2004), Magalhães (*apud* CARVALHO; GATTI JR, 2011) nos quais são destacadas três dimensões para a escrita das Histórias das Instituições, são elas: a instituição como um processo de construção constante que passa por um projeto social que assume compromissos e constitui comportamentos; a instituição como um processo dialético resultante da “[...] evolução/representação/apropriação, com o objetivo de construção de uma identidade histórica” (MAGALHÃES, 2004, p. 138); e a instituição constituída a partir das relações humanas e que implica em liberdade, criatividade e criticidade dos sujeitos envolvidos nos distintos tempos e espaços na história de uma instituição.

Magalhães (2004) estabelece que o movimento metodológico de análise das fontes para a escrita da História de uma Instituição, necessariamente passa por três elementos: a materialidade, a apropriação e a representação. Segundo o autor, a materialidade documenta as tradições escolares, manifestadas nos registros, nos fazeres pedagógicos, na organização, nos materiais, na estrutura-arquitetura, entre outros elementos que revelem a

⁴ Nomenclatura utilizada na época de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 5.692/1971, que fixou normas para o ensino de 1º e 2º graus.

⁵ Projeto de Pesquisa aprovado no Conselho de Ética em Pesquisas (CEP/UNIFESP) sob o Parecer nº 1.559/2017, na data de 01 de fevereiro de 2018.

relação didática e a participação dos sujeitos no projeto educacional; a apropriação são referentes às aprendizagens, às culturas, às identidades, aos relacionamentos, que formam as estruturas e desenvolvem a identidade histórica da instituição e dos sujeitos; e a representação que se refere aos graus de aplicação das pedagogias, dos currículos, as ações e valores dos agentes que subsidiam as atividades cotidianas.

O presente texto está organizado em três seções, na primeira busca-se explorar a criação das creches universitárias federais; na segunda são apresentados os procedimentos adotados no processo de institucionalização da Creche; e a terceira são as considerações finais.

A necessidade de criação das Creches Universitárias

De acordo com Kuhlmann Jr. (1998) e Rosemberg (2002), no início do século XX havia dois modelos institucionais de atendimento às crianças pequenas. O primeiro modelo era formado por creches ou escolas maternais, que atendiam principalmente as crianças, filhas das camadas mais pobres. Essas instituições apresentavam como características a educação assistencial, de cuidado e de guarda dos pequenos. O segundo modelo era formado pelos jardins de infância, destinados às crianças das classes sociais mais abastadas, cuja função era escolarizar e ampliar os conhecimentos.

Pela falta de recursos, ausência de fiscalização e precariedade do serviço oferecido, as creches sofreram um estigma social, e foram consideradas como serviço de má qualidade e lugar de cuidados de crianças pobres (VIEIRA *apud* FREITAS, 2016). No entanto, na segunda metade do século XX, quando as mulheres das camadas médias ocuparam papéis relevantes na economia ativa e passaram a recorrer às creches públicas para deixar seus filhos, a pressão por vaga e por qualidade se intensifica.

Segundo Oliveira (2019), os dados do censo demográfico de 1970 indicaram que, naquela década, havia 207.049 docentes mulheres, e somente 26.709 docentes homens em todo Estado de São Paulo. O mesmo censo aponta que cargos nas áreas de enfermagem, médica, assistentes sociais, caixas de banco entre outras de ordem administrativas eram ocupadas cada vez mais por mulheres, principalmente aquelas com maior escolaridade.

Como já anunciado, este texto volta-se ao estudo da primeira *creche universitária federal*, criada em 1971 e chamada inicialmente de *Comunidade Infantil*. Ainda na década de 1970, foram criadas mais cinco creches, vinculadas às universidades, conforme se vê no Quadro 1⁶. Nota-se que essas instituições iniciaram seu atendimento por reivindicação das funcionárias, como um direito da mãe trabalhadora e não da criança. Assim como aconteceu também na *Comunidade Infantil*, esses equipamentos tinham como objetivo comum oferecer os serviços de cuidados básicos às crianças. No entanto, é preciso destacar que a assistência extrapolava o básico, considerando que a vinculação das *creches* às instituições de nível superior elevava o grau de exigência como o desenvolvimento dos aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais.

Quadro 1 – Criação das Creches Universitárias Federais

Ano	Nome Da Creche	Universidade/ Sigla	Motivações para Criação	Instalação Inicial
1971	Comunidade Infantil, hoje: Núcleo de Educação Infantil - Escola Paulistinha de Educação	Universidade Federal de São Paulo UNIFESP	Reivindicações de duas funcionárias da Escola Paulista de Enfermagem (EPE)	Sala adaptada na EPE
1972	Creche Francesca Zácara Faraco	Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS	Reivindicações de trabalhadoras e estudantes da área de Enfermagem	Campus da Saúde da Universidade
1976	Centro de Educação Infantil Criarte	Universidade Federal do Espírito Santo UFES	Estudo realizado em 1975 pela Divisão de Assuntos Comunitários que detectou a necessidade de atendimento em creche aos dependentes dos servidores e alunos da UFES	Sala cedida pelo Centro de Artes
1978	Unidade Acadêmica de Educação Infantil (UAEI)	Universidade Federal de Campina Grande UFCG	Iniciativa de quatro professoras do Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).	Granja particular de um professor, situada em frente à Faculdade de Medicina
1979	Unidade Integrada de Educação Infantil (UNIEI) LDH	Universidade Federal de Viçosa UFV	Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo o desenvolvimento e aprendizagem da criança nos aspectos físico-motor, social, cognitivo, afetivo e moral	Departamento de Economia Doméstica - próximo ao Pavilhão de Aulas 1
1979	Núcleo de Educação da Infância	Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN	Atendimento à comunidade universitária feminina - funcionárias, alunas e professoras.	Campus Universitário

⁶ Além das creches universitárias apresentadas no quadro 1, existem ainda o *Centro de Educação Infantil (CEI) Flor do Campus* e *Serviço de Educação Infantil do Hospital Universitário* pertencentes a UFSC; *Coluni – Colégio Universitário Geraldo Reis* pertencente a UFF; *Creche Pré-Escola CAMPUS II e III* pertencentes a UFPB e *Unidade Educacional Infantil* pertencente a UFRN.

De Comunidade Infantil à Paulistinha: a história de uma Instituição Educativa (1971-1996)

1980	Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI)	Universidade Federal de Alagoas UFAL	Reivindicação das servidoras pela associação (Associação dos Servidores da UFAL - ASSUFAL)	Casa alugada próxima à Reitoria
1980	Núcleo de Desenvolvimento Infantil - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina UFSC	Levantamento da necessidade de creche junto à comunidade, após movimento de mães/alunas universitárias	Centro de Ciências da Educação
1981	Escola de Educação Infantil - UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ	Atendimento aos servidores da universidade	Anexa às instalações do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira
1983	Creche da Universidade Federal da Bahia	Universidade Federal da Bahia UFBA	Levantamento de demanda de estudantes carentes	Espaço alugado
1987	Centro Educacional NDE/UFLA	Universidade Federal de Lavras UFLA	Atendimento aos filhos dos servidores da instituição	Espaço construído para este fim com recursos do MEC
1987	Unidade Educacional Infantil – UEI/UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN	Atendimento aos filhos de funcionários de baixa renda	Complexo do Centro de Ciências da Saúde-CCS
1988	Creche-Escola de Educação Básica	Universidade Federal da Paraíba UFPB	Reivindicações da Associação dos Funcionários da Universidade Federal - AFUF	Espaço construído com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS)
1988	Centro de Educação Infantil Pipa Encantada do HC	Universidade Federal do Paraná UFPR	Necessidade de garantir atendimento aos filhos das funcionárias do Hospital de Clínicas- HC	Imóvel pertencente à Universidade (uma casa adaptada ao lado do hospital)
1988	Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI)	Universidade Federal de Viçosa UFV	Necessidade de um equipamento que atendesse à criança e à família, mas que fosse também um espaço de formação	Departamento de Economia Doméstica
1989	Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo	Universidade Federal de Santa Maria UFSM	Reivindicação de pais, professores e técnicos-administrativos.	Espaço construído para este fim dentro da UFSM (concluído após 16 anos)
1991	Unidade Federal de Educação Infantil	Universidade Federal do Ceará UFC	Constituir um espaço para aulas práticas de desenvolvimento humano do Curso de Economia Doméstica	Campus do Pici-UFC
1991	Unidade de Educação Infantil da UFG	Universidade de Goiás UFG	Movimento das mães trabalhadoras com a organização dos professores e funcionários da UFG	Espaço construído específico para este fim no Campus Samambaia - Campus II
1992	Unidade de Atendimento à Criança (UAC)	Universidade Federal de São Carlos UFSCar	Reivindicação da comunidade universitária (funcionários, professores e alunos)	Espaço construído para este fim, reduzido à metade do projeto original
1997	Unidade de Educação Infantil - UFF	Universidade Federal Fluminense - UFF	Esforço de um grupo de professores da UFF, reunidos no Núcleo Multidisciplinar de Pesquisa (NM-PEEC)	Campus do Gragoatá

Fonte: Quadro adaptado de Oliveira (2019, p. 85-89).

De acordo com Parecer CNE/CEB 17/2010 (BRASIL, 2010), das 68 Universidades Federais, 19 têm creches universitárias, perfazendo um total de 26 unidades de Educação Infantil que atendem cerca de 3 mil crianças. Pode-

se observar no Quadro 1, que as *creches das universidades federais* tiveram os mais variados processos de formação:

Os ambientes eram adaptados, em salas e refeitórios desativados, galpões, localizados dentro ou fora dos ambientes escolares, ou ainda, como no caso da Unidade Acadêmica de Educação Infantil (UAEI) – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, que inicialmente atendeu as crianças em uma granja particular de um professor, situada em frente à Faculdade de Medicina, e depois, em 1980, foi reconhecida oficialmente como Creche Pré-Escola da Universidade Federal da Paraíba (OLIVEIRA, 2019, p. 84).

Além da variação dos processos de formação que incluem os espaços e a contratação de pessoal, nota-se que as duas creches pioneiras, *Comunidade Infantil/Paulistinha* (UNIFESP) e *Francesca Zácara Faraco* (UFRGS) ficaram sob responsabilidade dos cursos ligados à área da Saúde; as demais creches criadas na década de 1970 – *Criarte* (UFES), *UAEI* (UFCG) e *NEI* (UFRN) ficaram sob a responsabilidade da área da Educação, e a *UNIEI-LDH* (UFV) ficou sob a responsabilidade da área de Economia Doméstica. As creches criadas em meados da década de 1980 e início da década de 1990, muitas sob a responsabilidade das reitorias, iniciaram o atendimento com estrutura diferente das primeiras. Muitas em local destinado ou construído para a sua implantação nas instituições. Os objetivos iniciais, conforme se vê no Quadro 2, também se modificaram, conforme esclarece Oliveira (2019):

[...] a visão assistencialista de atendimento às crianças, e começavam a indicar vínculos com as atividades acadêmicas, como campo de estágio e prática, preocupação com o desenvolvimento e conhecimento da criança, além do desenvolvimento de propostas modelares para cuidados e educação das crianças pequenas (p. 90).

Quadro 2 – Recursos e objetivos das Creches Universitárias Federais

Ano	Nome Da Creche	Recursos Financeiros	Setor Responsável	Objetivos Iniciais
1971	Comunidade Infantil	Recursos das próprias mães	Enfermagem Pediátrica	Atendimento e cuidados básicos às crianças, desenvolvendo aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais, preparando a continuidade da escolaridade.
1972	Creche Francesca Zácara Faraco	Reitoria UFRGS	Pró-Reitoria da Comunidade Universitária (PRUNI)	Atendimento às crianças, visando à integração da comunidade universitária.
1976	Centro de Educação Infantil Criarte	Reitoria da UFES	Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo	Atendimento e cuidados básicos às crianças.
1978	Unidade Acadêmica de Educação Infantil	Recursos dos usuários e doações de alguns	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFCG	Embora com caráter assistencialista, oferecer oportunidades de desenvolvimento físico,

De Comunidade Infantil à Paulistinha: a história de uma Instituição Educativa (1971-1996)

	(UAEI)	departamentos da UFCG		psíquico, emocional e cognitivo da criança.
1979	Unidade Integrada de Educação Infantil (UNIEI) LDH	Reitoria e Departamento de Economia Doméstica - DED	Departamento de Economia Doméstica	Oferecer cuidados às crianças, reunindo conhecimentos relativos à família, desenvolvimento e aprendizagens da criança.
1979	Núcleo de Educação da Infância	Reitoria UFRN	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Guarda das crianças para que suas mães desempenhassem suas funções com tranquilidade.
1980	Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI)	Com recursos da UFAL (Reitoria) com parceria da LBA	ASSUFAL - administração de pessoal e alimento	Gerar metodologia alternativa de educação infantil pública.
1980	Núcleo de Desenvolvimento Infantil - UFSC	Reitoria da UFSC	Centro de Ciências da Educação	Benefício trabalhista para as mães da comunidade universitária, relacionado a atividades acadêmicas.
1981	Escola de Educação Infantil - UFRJ	Reitoria da UFRJ	Reitoria da UFRJ	Consolidar a educação infantil como etapa importante da vida do cidadão.
1983	Creche da Universidade Federal da Bahia	Reitoria da UFBA, convênio com a LBA e alimentação das próprias famílias	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil UFBA	Abrigar as crianças e cuidar da sua higiene, possibilitando um lugar seguro, sob a ótica de infância vinculada ao cuidar.
1987	Centro Educacional NDE/UFLA	Reitoria da UFLA	Escola Superior de Agricultura-ESAL	Como centro de excelência em Educação, desenvolver o potencial do aluno garantindo os princípios éticos universais.
1987	Unidade Educacional Infantil – UEI/UFRN	Reitoria UFRN e convênio com a LBA	Reitoria UFRN	Atendimento em sistema de semi-internato, oferecer cuidados, alimentação, e ações junto às famílias.
1988	Creche-Escola de Educação Básica	Reitoria e convênios com as Secretarias Municipal/ Estadual de Educação e LBA	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC)	Atendimento às crianças e construção de uma escola pública popular que agregasse a diversidade de conhecimento.
1988	Centro de Educação Infantil Pipa Encantada do HC	Hospital de Clínicas da UFPR	Hospital de Clínicas da UFPR	Prestar atendimento às crianças na faixa etária de 3 meses a 3 anos de idade.
1988	Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI)	Reitoria e Departamento de Economia Doméstica- UFV	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Economia Doméstica	Atender à comunidade universitária e viçosense.
1989	Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo	Reitoria UFSM	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários)	Atendimento às crianças e interlocução entre pesquisadores, professores, acadêmicos no processo educacional.
1991	Unidade Federal de Educação Infantil	Departamento de Economia Doméstica	Departamento de Economia Doméstica	Campo de estágio e prática, desenvolvimento da criança como indissociável da família.
1991	Unidade de Educação Infantil da UFG	Reitoria UFG	Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária	Constituição de um espaço de articulação das atividades acadêmicas dos pais com um ambiente educacional de produção de conhecimento.
1992	Unidade de Atendimento à Criança (UAC)	Reitoria UFSCar	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis	Atendimento à comunidade universitária, propiciando o desenvolvimento da criança.
1997	Unidade de Educação Infantil - UFF	Reitoria da UFF e contribuição dos pais	GAR/ Gabinete do Reitor	Cuidado das crianças em grupos de brincadeiras com horários variados.

Fonte: Quadro adaptado de Oliveira (2019, p. 85-89).

Cabe ainda destacar uma concentração de criação das creches ao longo das décadas de 1970 e 1980, o que se deveu aos dispositivos legais que amparavam esse tipo de instituição, como o Decreto nº 93.408, de 10 de outubro de 1986, que dispôs sobre a instituição de creches e demais serviços de assistência pré-escolar, para os filhos de servidores dos órgãos e entidades da Administração Federal. O referido Decreto autorizou a instalação de creches nas unidades de Autarquia Federal, inclusive nas Universidades, contando com recursos federais e ampliando o direito para filhos de trabalhadores com idade de 3 meses a 6 anos.

De acordo com Raupp (2002), essas Instituições de Educação Infantil Federais passaram a ser consideradas de alto custo para os cofres públicos. Nesse sentido, Oliveira (2019) destaca que o Decreto de 1986, permitiu a abertura de creches, no entanto, tornou o atendimento seletivo conforme o artigo 5, inciso IV, que dispôs que “os critérios de seleção dos beneficiários, de acordo com a renda familiar, o número de dependentes, as condições de moradia e o tempo de serviço no órgão ou entidade” (BRASIL, 1986). De acordo com a autora, outros critérios, além dos estabelecidos no Decreto, foram criados pelas instituições como alternativas para minimizar os problemas de oferta de vagas, como os arranjos de tirar o filho maior para ceder a vaga para o filho mais novo ou a improvisação de berços menores para acomodação dos bebês (OLIVEIRA, 2019).

Poucos anos depois, logo após a Constituição Federal da República, o Decreto nº 99.548, de 25 de setembro de 1990 mudaria o cenário, com a proposição que “altera o que dispõe sobre a instituição de creches e demais serviços de assistência pré-escolar para os filhos de servidores dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal”, e instituindo uma nova forma de atendimento aos filhos dos funcionários das autarquias federais, por meio da adoção de um sistema de reembolso:

Art. 1º. Fica incluído, no art. 4º do Decreto nº 93.408, de 10 de outubro de 1986, o seguinte inciso:

IV - adotar sistema de reembolso de despesas aos servidores que, comprovadamente, realizem gastos com assistência pré-escolar a seus filhos, com idade entre três meses e seis anos,

observado o limite mensal máximo correspondente a dois Maiores Valores de Referência (MVR) regionais (BRASIL, 1990).

O benefício era repassado mediante consignação em folha de pagamento e os critérios eram fixados pela Secretaria da Administração Federal. A medida foi considerada de alto investimento, visto que proporcionou a assistência a todos os filhos de funcionários públicos federais que estivessem em idade pré-escolar (OLIVEIRA, 2019).

Passados três anos, o Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993, que “dispõe sobre a assistência pré-escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, que revoga o decreto anterior, institui o plano de assistência pré-escolar” e proíbe a criação de novas creches em seu artigo 7º:

1º Fica vedada a criação de novas creches, maternas ou jardins de infância como unidades integrantes da estrutura organizacional do órgão ou entidade, podendo ser mantidas as já existentes, desde que atendam aos padrões exigidos a custos compatíveis com os do mercado (BRASIL, 1993, grifo nosso).

O Decreto nº 997/1993 prevê outro tipo de atendimento e assistência que não seja incumbência de âmbito federal, o que foi ratificado posteriormente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, Art. 11, inciso V, reafirmando como dever do Município a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas. Após a proibição da criação de novas creches federais, pelo Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993, a *Creche da Universidade Federal Fluminense* foi inaugurada em 1997, muito provavelmente por já estar com o processo de criação em andamento (RAUPP, 2004).

De Comunidade Infantil à Paulistinha: um processo e institucionalização

A *Comunidade Infantil*, de acordo com Oliveira (2019) foi criada após reivindicações de duas mães trabalhadoras da Escola Paulista de Enfermagem (EPE) e da Escola Paulista de Medicina (EPM). O pedido foi feito para o Departamento de Enfermagem para aceitação das três crianças, duas eram filhas de Suzana, chefe da Secretaria Acadêmica e a outra filha de Maria Gaby, professora da EPM.

Suzana revela que a negociação entre as mães e as diretorias da EPE e EPM para aceitação da permanência das crianças durante o período de trabalho não aconteceu harmoniosamente. Eram muitas as preocupações para a chegada das crianças na instituição, desde a estrutura física, recursos financeiros e humanos, como com a saúde e proteção das crianças. Cabe destacar que naquele ambiente circulavam alunas e professoras que transitavam entre os estudos na EPE, estágios e atendimentos no Hospital São Paulo (HSP), situação exigia certas precauções relativas à saúde das crianças [...] (OLIVEIRA, 2022, p. 123).

Após as negociações, foi autorizada a permanência das crianças em uma sala adaptada no prédio da EPE. As mães se responsabilizaram pela contratação das pajens, pela organização do lugar, pela alimentação diária, pela higiene dos lençóis que lavavam em casa nos finais de semana, providenciaram os móveis, além de outras questões do dia a dia. Elas acompanhavam a rotina diária, visto que trabalhavam no mesmo prédio e mantinham contato com as crianças durante o dia todo.

As mães também foram as responsáveis pela escolha do nome de *Comunidade Infantil*. De acordo com Oliveira (2019), as mães tinham certa objeção pelo termo “creche”, devido ao estigma social que carregava como sinônimo de mau atendimento e associado às crianças mais pobres. O atendimento permaneceu desta forma por cerca de um ano, depois disso, Marianna Augusto, professora da EPE, foi convidada pela Madre Áurea, diretora da Escola de Enfermagem, para dirigir a *Comunidade Infantil*.

O convite se deu por seu histórico de estudos, visto que a professora Marianna Augusto era enfermeira especializada em Pediatria e Puericultura pela *École de Puericulture de Faculté de Médecine de La Universidade de Paris-França*, havia estudado na Suíça com Jean Piaget, em cursos de pós-graduação em Puericultura, além de outras experiências no exterior; também por ter implementado o Curso de Especialização em Pediatria social e Enfermagem Pediátrica, assim poderia convergir a instituição como um campo de estágio (OLIVEIRA, 2019).

Ao ocupar a coordenação da *Comunidade Infantil*, a professora Marianna assumiu a responsabilidade pela organização do lugar e pela programação diária, e solicitou à Madre Áurea que lhe cedesse duas funcionárias da EPE para trabalhar diretamente com os cuidados das crianças.

De acordo com Oliveira (2019), naquele momento a EPE e EPM ainda dispunham de poucos recursos para custear a *Comunidade Infantil*. Marianna, que frequentava um círculo de amizades com pessoas influentes politicamente e de alto poder aquisitivo, buscou doações e financiamento para custear seus projetos. E com essa ajuda conseguiu comprar mobiliário adequado, como mesas, armários, berços e colchonetes.

No decorrer da década de 1970, aumentou a demanda de atendimento e o quadro de funcionário se ampliou. Foi necessária a contratação de pessoas para cuidar dos alimentos, mesmo que ainda não fossem preparados ali, para cuidar da limpeza e de mais pessoas para cuidar das crianças. Os salários dos funcionários eram custeados pela EPM, e considerados baixos.

Quadro 3 – Critérios para seleção e contratação de pessoal

Critérios	Especificações
Escolaridade	4ª série do Primeiro Grau - Auxiliar de puericultura, auxiliar de lactário, cozinheira, auxiliar de cozinha, faxineira, lavadeira, guarda. Curso Normal - Professora com especialização em pré-primário.
Condições gerais de saúde	Exame físico geral, dentário, abreugrafia do tórax e exame protoparasitológico.
Aparência geral	Postura, cabelo, vestuário, aspecto geral de higiene e apresentação.
Contato com a criança	Deverão ser observados em todos os funcionários, principalmente o humor, a afetividade e a facilidade de contato com a criança. Para observar estes itens, faz-se necessário que o elemento a ser selecionado permaneça na creche durante certo período, no qual será observado e avaliado antes da contratação definitiva.
Idade	Idade mínima - 18 anos. Idade máxima - é difícil de ser estabelecida, uma vez que é preciso analisar a função, as condições de saúde e a disposição física da pessoa.

Fonte: Adaptado de Augusto (1979, p. 23-28).

Nota-se no Quadro 3, que as especificações de escolaridade para auxiliar de puericultura, que vulgarmente era chamado de pajem⁷, eram as mesmas exigidas para os demais funcionários de serviços gerais. As fontes não relevam informações precisas sobre os valores dos salários, mas possivelmente fossem os mesmos para todas as funções.

⁷ As pajens eram consideradas como professoras leigas, por ser profissionais que não tinham habilitação específica para desempenhar sua função. Eram consideradas menos aptas a conduzir o processo de aprendizagem. No entanto, isso não significa mau desempenho profissional, pois vários saberes compõem a profissionalidade docente além dos saberes acadêmicos (SILVA, 2015).

Observa-se a preocupação com as condições de saúde, visto que a *Comunidade Infantil* ficava sob a responsabilidade de um Departamento da área da Saúde. O critério de aparência geral indica a presença de um estereótipo ideal de pessoa para cuidar das crianças, o que endossa a questão de não associação da *Creche* como um lugar de crianças pobres, e sim de cuidados. Ressalta-se que além de atenderem aos critérios, as pessoas só eram contratadas, quando indicadas por alguém das Escolas de Enfermagem ou de Medicina.

Destaca-se ainda que havia uma pessoa contratada como professora, a Maria Aparecida Carlini, que atendia às crianças maiores, já em idade pré-escolar. Esse atendimento era realizado em momentos predefinidos da rotina, no restante do tempo, a criança permanecia sob os cuidados das pajens. Além das aulas, Carlini auxiliava Marianna na organização da rotina e das atividades.

Em 1979, a Professora Marianna Augusto organizou juntamente de Maria Aparecida Carlini e outras professoras da EPE, o manual *Comunidade Infantil Creche*. O material provavelmente desempenhou a função de um programa curricular, ao considerar que a *Comunidade Infantil* não se encontrava vinculada à Secretaria de Educação Municipal de São Paulo e, portanto, não seguia documentações por ela implementadas, o que não implica em dizer que teoricamente fosse discordante, ao contrário, a publicação organizada por Augusto (1979) em muito converge com o referencial teórico cognitivista encontrado nos documentos *Programação de Atividades para a Educação Pré-Escolar* (SÃO PAULO, 1972) e *O Currículo Pré-Escolar* (SÃO PAULO, 1974).

O documento *Comunidade Infantil Creche* (AUGUSTO, 1979) era composto por 100 páginas organizadas em nove capítulos, seguidas de apêndices que versavam sobre os direitos da criança, questões de amamentação e de alimentação, fichas de inscrição, vacinação, saúde e de matrícula e, curiosamente, um regulamento para declaração de Imposto de Renda. Foi impresso em preto e branco e apresentava algumas fotos de bebês em atividades, de brinquedos e uma planta modelo de creche. Os capítulos podem ser considerados um conjunto de procedimentos que visavam o desenvolvimento das potencialidades das crianças, embasados teoricamente na psicologia evolutiva. Apresentavam informações relevantes para a

organização das creches, como localização, equipamentos, materiais; informações administrativas para o cotidiano e para a formação dos quadros de pessoal; rotinas diárias e orientações para administração e higiene, orientações e sugestões para a família quanto aos cuidados das crianças em seus primeiros anos de vida.

A escrita foi pautada nos dispositivos legais nacionais do Departamento Nacional da Criança (DNCR), como o documento *Creches Organização e Funcionamento* (BRASIL, 1956), que apresentava questões sobre a organização do ambiente, dos funcionários e horários de atendimento; no *Decreto Lei nº 5.452* de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, que embasava a questão do atendimento às necessidades da mãe trabalhadora e o atendimento da modalidade de creche no local de trabalho; e na *Portaria nº 1*, de 15 de janeiro de 1969, do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho que apresentava os princípios nos cuidados de puericultura.

O documento *Comunidade Infantil Creche* teve uma segunda edição em 1985. Embora ampliado para 164 páginas e contando com 15 colaboradores, manteve o conteúdo e as orientações da primeira edição, acrescentou, no entanto, questões sobre a formação das equipes de trabalho, materiais essenciais para uma *Instituição Creche* e educação para os valores da vida. Das temáticas acrescidas, destaca-se o capítulo intitulado *Estimulação e Programação Psicopedagógicas para Crianças na Creche*, com um programa específico para seis faixas etárias diferentes, contemplando as idades desde recém-nascidos até 83 meses, quando as crianças saíam da creche e passavam a frequentar a escola primária.

O programa curricular a ser ensinado na *Creche* para os maiores de 37 meses continha os conteúdos dos componentes de Comunicação e Expressão, Desenvolvimento Motor, Matemática, Iniciação à Música, à Arte e às Ciências Naturais, Integração Social e Atividades da vida prática. Nota-se claramente a presença de valores da classe média na programação curricular da *Creche*, por meio de um currículo preparatório voltado à modelização da infância. Nesse sentido, Magalhães (2004) afirma que os modos de produção de uma instituição educativa se formam e transformam:

[...] reportando-se à materialidade em sentido amplo, está documentado nas tradições, nos registros e nas ações, pelo que apresenta uma temporalidade e uma organicidade que o convertem em categoria historiável, enquanto produto, residual e/ou prolongamento da relação Didático-pedagógica, se transforma em objeto epistêmico [...] (MAGALHÃES, 2004, p. 113).

Para o autor, a cultura escolar é constituída pela história dos seus currículos, de tal modo que é possível identificar como as transmissões e trocas se organizam, como as exigências de atitudes e de comportamentos esperados se manifestam, e ainda revelam como os valores implícitos e explícitos devem se materializar nas ações (MAGALHÃES *apud* SOUSA; CATANI, 1998; MAGALHÃES, 2004).

A *Comunidade Infantil*, instituição que foi iniciada de forma caseira e improvisada, em sua segunda década de existência passa a apresentar alterações estruturais que indicam preocupações, além de assistenciais, educacionais, mantendo, no entanto, uma organização que contemplasse a modalidade de creche no local de trabalho. De acordo com Oliveira (2019), os horários de funcionamento eram flexíveis e deveriam atender às necessidades das mães plantonistas, diante disso, era necessária uma organização para receber as crianças antes das 7 horas da manhã e entregá-las após às 19 horas, caso o plantão da mãe fosse de 12 horas, bem como funcionar aos finais de semana e feriados.

Já no final da década de 1980 e início da década de 1990, o número de atendimentos foi ampliado, o que resultou no aluguel de uma casa localizada próxima ao prédio da EPM. Pouco tempo depois, por questões sanitárias e de saúde, foram alugadas duas casas conjugadas em uma rua próxima para acomodar todas as crianças. Em uma das casas ficavam os bebês de 0 a 2 anos, e na outra as crianças organizadas em cinco salas, Maternal I de 2 a 3 anos, Maternal II de 3 a 4 anos, Jardim I de 4 a 5 anos, Jardim II de 5 a 6 e o Pré para as crianças de 6 anos. Nesse momento de troca de endereço e de estruturação das turmas já se aproximando cada vez mais das questões referentes à escolarização houve também a mudança do nome da instituição para Paulistinha.

No início da década de 1990, a EPM dispunha de boa situação financeira e custeava todas as despesas da *Creche*, como a manutenção dos

prédios; o pagamento de salário dos funcionários; os alimentos, inclusive ofertava uma fruta para as crianças levarem para casa no final do dia; os presentes a ser distribuídos no Dia das Crianças e no Natal. Esse período, denominado pelos funcionários como “época de ouro”, trouxe consigo a criação do cargo de recreacionista, cuja função era predominantemente pedagógica (OLIVEIRA, 2019). O primeiro concurso para o exercício do cargo ocorreu em 1989, conforme se vê no Quadro 4:

Quadro 4 – Descrição do Cargo de Recreacionista

CARGO: RECREACIONISTA	
REQUISITOS PARA INGRESSO NO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> • Escolaridade: Ensino Médio completo. • Outros: Experiência de 24 meses. • Habilitação profissional: não especificado.
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades de recreação e terapia ocupacional, objetivando o desenvolvimento psicossocial satisfatório.
DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar atividades recreativas tais como jogos, aplicações motoras e visuais, estórias e outros. • Consultar bibliografia específica visando à elaboração dos programas. • Desenvolver atividades recreativas, observando a faixa etária e o grau de escolaridade, utilizando técnicas e materiais adequados, contribuindo para o desenvolvimento psicomotor. • Observar as crianças durante as atividades recreativas, registrando ocorrências e o seu comportamento. • Planejar atividades laborais, manuais e artesanais, com fins terapêuticos. • Apresentar relatórios da evolução dos pacientes. • Executar outras tarefas.
OBSERVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Cargo em extinção.

Fonte: Adaptado da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas (UNIFESP); Descrição dos Cargos do PCCTAE (OLIVEIRA, 2019, p. 182).

Embora o perfil almejado implicasse em desempenho de atividades que exigiam conhecimentos e habilidades específicas da área educacional, como estudos do desenvolvimento da criança, planejamento, aplicação de atividades junto às crianças e elaboração de registros, os salários eram compatíveis com um nível de escolarização média e considerados baixos para as Pedagogas aprovadas no concurso, conforme destaca Oliveira (2019):

As cinco recreacionistas aprovadas no concurso permaneceram pouco tempo na instituição. O fato de a Paulistinha não ser vinculada a órgãos da Educação, como algumas Escolinhas Particulares, tornava o trabalho pouco atrativo para as pedagogas (p. 184).

Três profissionais pediram demissão e duas solicitaram a troca para outros departamentos da Universidade. Foi o único concurso para esse cargo, que acabou entrando em vacância. A *Paulistinha* seguiu com as pajens nos cuidados com as crianças, com professoras contratadas para ensinar as crianças maiores e com os cargos de chefia ocupados por pessoas da área de Enfermagem. Mudanças nesse sentido só aconteceram após o ano de 1996 com a promulgação da LDB nº 9.393/1994, que exigiu outras qualificações profissionais para atuar nas instituições escolares.

Considerações finais

A *Comunidade Infantil* é uma instituição que nasceu como creche no local de trabalho após a reivindicação de duas mães trabalhadoras, em um tempo em que a cidade de São Paulo, assim como o restante do país carecia de vagas em creches para seus filhos. Inicialmente funcionou de forma bastante improvisada e precária até a chegada da professora Marianna Augusto. Além do bom atendimento, os horários de trabalho das mães sempre fizeram parte das preocupações da instituição, visto que, por mais de duas décadas, o período de funcionamento ultrapassou 12 horas diárias e durante um tempo funcionou inclusive aos finais de semana, para atendimento dos filhos das plantonistas do Hospital São Paulo. A nomenclatura creche, foi rejeitada pelos sujeitos dessa história, desde o início, e os valores da classe média estiveram presentes nas atividades de linguagem e de desenvolvimento, questões que apontam para uma instituição que ia além dos cuidados básicos da criança.

A escrita da história de uma instituição, segundo Magalhães (2004), passa pela compreensão de seu processo histórico, considerando a organização, o funcionamento, as práticas, as representações e as memórias. Nesta história a dimensão simbólica e a subjetivação se materializaram nas ações institucionais do cotidiano, como no desempenho de funções e papéis de cada um dos envolvidos, na elaboração de documentos orientadores, na reestruturação da proposta pedagógica que mostraram os modos com que a *Comunidade Infantil* foi se institucionalizando nos diferentes tempos e espaços.

Nos finais da década de 1980 e início da década de 1990, a instituição passou a ser chamada de *Paulistinha* e implementou modificações em seu projeto institucional, adotando uma proposta de escolarização mais definida que teve como uma de suas ações, a criação do concurso para o cargo de recreacionista, que carregava consigo exigências de conhecimentos da área da educação.

A instituição permanece até os dias de hoje, renomeada, agora como *Núcleo de Educação Infantil – Escola Paulistinha*, segue com atendimento dos bebês e crianças desde a Educação Infantil e até o Ensino Fundamental I e continua na busca de sua constituição como espaço de ensino, pesquisa e extensão.

Referências

AUGUSTO, Marianna. *Comunidade Infantil Creche*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1979.

AUGUSTO, Marianna. *Comunidade Infantil Creche*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.

BRASIL. *Creches (Organização e Funcionamento)*. Ministério da Saúde. Departamento Nacional da Criança. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1956.

BRASIL. *Portaria nº 1, de 15 de janeiro de 1969*. O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, usando da atribuição que lhe confere o art. 26, item IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 56.263, de 6 de maio de 1965. Brasília, DF: Presidência da República, 1969.

BRASIL. *Decreto nº 93.408, de 10 de outubro de 1986*. Dispõe sobre a instituição de creches e demais serviços de assistência pré-escolar, para os filhos de servidores dos órgãos e entidades da Administração Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1986.

BRASIL. *Decreto nº 99.548, de 25 de setembro de 1990*. Altera o Decreto nº 93.408, de 10 de outubro de 1986, que dispõe sobre a instituição de creches e demais serviços de assistência pré-escolar para os filhos de servidores dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. *Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993*. Dispõe sobre a assistência pré-escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da

Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. *Parecer CNE/CEB 17/2010*. Estabelece normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e 220 fundações. Brasília, DF: Câmara de Educação Básica, 2010.

CARMAGNANI, Maria Isabel Sampaio; PEREIRA, Sonia Regina.; SILVA, Maria das Graças Barreto. Inserção e impacto social da Escola Paulista de Enfermagem no cenário paulista. In: BARBIERI, Márcia; RODRIGUES, Jaime. (org.). *Memórias do cuidar: setenta anos da Escola Paulista de Enfermagem*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010. p. 167-204.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FERREIRA, Ione Mendes Silva; CANCIAN, Viviane Ache (org.). *Unidades de educação Infantil nas unidades universitárias federais: os caminhos percorridos*. Goiânia: FUNAPE, 2009.

GOMES, Ana Valeska Amaral. *Creches das universidades federais*. Estudos da Consultoria Legislativa da Área XV, Educação, Cultura e Desporto. Brasília, 2008.

KUHLMANN JR., Moyses. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOPES, Isabela Pereira. *O acesso às unidades universitárias federais de educação infantil (UUFElS): a escola de educação infantil da UFRJ*. 2014. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das Instituições educativas. In: SOUSA, Cinthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 51-69.

MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino. O Ensino da História da Educação. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas; GATTI Jr, Décio (org.). *O Ensino de História da Educação*. Vitória: SBHE – Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. p. 175-210.

OLIVEIRA, R. C. *Paulistinha, a creche universitária da UNIFESP: a construção identitária de uma história multifacetada (1971 a 1996)*. 2019. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.

OLIVEIRA, R. C.; PANIZZOLO, C. Comunidade Infantil: Práticas do Cotidiano de uma Creche Universitária na Década de 1970. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, ano 25, n. 46, p. 165-193, set/dez. 2020.

OLIVEIRA, R. C. Uma Instituição criada para a infância: de Comunidade Infantil à Paulistinha (1971 a 1996). In: SILVA, D. A. (orgs.) *et al. 50 anos da Paulistinha (1971-2021): conquistas, memórias e desafios*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 121-142.

RAUPP, Marilena Dandolini. *A educação infantil nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas*. 2002. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 86, p. 197-217, abr. 2004.

ROSEMBERG, Fulvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 51, p. 73-79, nov. 1984.

ROSEMBERG, Fulvia. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002.

ROSEMBERG, Fulvia; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Lenira. *A rede de creches no município de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Pesquisas Educacionais; Fundação Carlos Chagas, 1991.

SÃO PAULO. *Programação de atividades para a educação pré-escolar*. Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Educação e Recreio, 1972.

SÃO PAULO. *O currículo pré-escolar*. Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Educação e Recreio, 1974.

SILVA, Dilma Antunes. *De pajem à professora de educação infantil: um estudo sobre a constituição identitária da profissional de creche*. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação, São Paulo, 2015.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. "Mal necessário": creches no Departamento Nacional da Criança, Brasil (1940-1970). In: FREITAS, Marcos. Cezar de (org.). *História social da infância no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165-204.

Recebido em: 18/01/2023.

Aceito em: 22/02/2023.


Rosana Carla de Oliveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (UNIFESP). Pesquisadora da História da Educação com ênfase em Histórias das Instituições. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Infância, Cultura, História (GEPICH).

Áreas de interesse: história da educação, história da infância, história das instituições.

 rosanatts1@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/2576647385650912>

 <https://orcid.org/0000-0003-1658-8729>

Claudia Panizzolo

Doutora em Educação, Professora Associado III da Universidade Federal de São Paulo. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Infância, Cultura, História (GEPICH); pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

Áreas de interesse: história da educação, história da infância, história da imigração.

 claudia.panizzolo@unifesp.br

 <http://lattes.cnpq.br/7842950333039932>

 <http://orcid.org/0000-0003-3693-0165>